JORNAL DO SERVIDOR

POR **RAPHAELA CORDEIRO**

TÂNIA RÊGO/AGÊNCIA BRASIL

Classificados serão chamados para trabalhar nas pesquisas estatísticas

IBGE é autorizado a abrir processo para 325 vagas temporárias

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi autorizado a contratar 325 profissionais temporários por meio de processo seletivo simplificado. O órgão terá seis meses para publicar o edital. As vagas são destinadas a pesquisas estatísticas realizadas por telefone, sendo 276 para agente de pesquisa, com exigência de nível médio, e 49 para supervisor, de nível superior. A autorização foi concedida pelos ministérios da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e do Planejamento e Orçamento, por meio da Portaria Conjunta nº 70/2026. Os contratos terão prazo determinado, mas a duração e as possíveis prorrogações ainda serão definidas conforme a necessidade do instituto. As remunerações também serão estabelecidas pelo IBGE. A seleção busca reforçar as equipes responsáveis pela coleta de informações, utilizadas na produção de dados estatísticos sobre o país.

Meta bloqueia WhatsApp de sind. dos bancários

A Meta desativou, em 15 de outubro, o canal de WhatsApp do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região, que representa mais de 120 mil trabalhadores. Segundo a entidade, a empresa não explicou qual regra teria sido violada. Após recursos rejeitados, o sindicato acionou a Justiça para exigir o restabelecimento do serviço. O canal é usado para orientações jurídicas, dúvidas sobre demissões, verbas rescisórias e benefícios trabalhistas. A entidade também pediu solidariedade internacional de organizações sindicais.

DIVULGAÇÃO

Entidade entrou com uma ação judicial na Justiça de São Paulo

CNU 2 define lotação de novos servidores federais

Servidores convocados para as carreiras de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico (ATDS) e Analista Técnico de Justiça e Defesa (ATJD) poderão indicar preferências de órgão e local de trabalho de 22 a 26 de outubro, pelo SOUGOV.BR. O procedimento é destinado a quem concluiu o programa de profissionalização. A distribuição considerará a classificação no concurso, as preferências e a disponibilidade de vagas. Para ATDS, haverá opções em Brasília e outras cidades; para ATJD, apenas na capital federal. A escolha não garante a alocação desejada.

Contec destaca papel sindical na jornada 5x2

Para a Contec, a redução da jornada para 40 horas semanais e a adoção da escala 5x2 reforçam o papel dos sindicatos na defesa dos trabalhadores. Cartilha do DIAP orienta a revisão de acordos coletivos, o cumprimento dos novos prazos e a garantia de salários sem redução. A transição prevê limite de 42 horas após dois meses e de 40 horas um ano depois, além de dois dias de repouso remunerado.

Fraude em concursos I

A Polícia Federal cumpriu 13 mandados de busca e apreensão nesta quarta-feira (21), no Rio, para investigar suspeitas de fraude no concurso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A Operação Gabarito apura possível esquema coletivo para beneficiar candidatos. Os investigados podem responder por fraude em certame de interesse público.

Fraude em concursos II

A investigação começou após a empresa Selecon, responsável pelo concurso para técnicos administrativos em educação da UFRJ, comunicar suspeitas às autoridades. O padrão de respostas identificado entre provas de diferentes candidatos levantou a hipótese de combinação para fraudar os resultados. O certame oferece 243 vagas de níveis médio e superior.

Pesquisador científico I

Um PL em análise no Senado regulamenta a profissão de pesquisador científico no Brasil nas instituições públicas e privadas. O projeto do senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP), define como pesquisador o profissional que atua regularmente em pesquisa, desenvolvimento, criação de conhecimento e divulgação de resultados.

Pesquisador científico II

O texto também prevê atividades como orientação de estudantes, formação de novos pesquisadores e direito a remuneração compatível com a complexidade do trabalho. O objetivo da iniciativa é oferecer maior reconhecimento e valorização da profissão e manter no país talentos na área científica. A proposta ainda não foi distribuída para as comissões.

Fenacon orienta 5x2 I

A Fenacon recomenda que sindicatos e empresas antecipem a revisão de convenções coletivas para adequação às novas regras de jornada e descanso. A entidade orienta diálogo entre representantes patronais e laborais para ajustar cláusulas sobre escalas, banco de horas e compensação de horários, evitando conflitos durante a transição.

Fenacon orienta 5x2 II

A Emenda Constitucional nº 141/2026 prevê a redução da jornada máxima semanal de 44 para 40 horas, sem corte salarial, e garante dois dias de repouso remunerado. A transição começa dois meses após a publicação, com limite de 42 horas, chegando a 40 horas um ano depois. A mudança também afeta as escalas de trabalho.

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL

Documento reúne 13 entidades em defesa da valorização dos servidores

Manifesto pede valorização do serviço público e alerta para riscos

Instituições alertam para polaridade de propostas eleitorais no 2º turno

Da **Redação**

Às vésperas do segundo turno das eleições, marcado para domingo (25), 13 entidades representativas de servidores federais divulgaram manifesto sobre os impactos dos projetos de Estado em disputa para o funcionalismo, os direitos trabalhistas e a prestação de serviços à população. Publicado na terça-feira (20), o documento alerta para propostas de reforma administrativa que, segundo as organizações, podem comprometer a estabilidade, precarizar vínculos e enfraquecer a atuação do Poder Público.

O texto critica medidas de redução da máquina estatal, citando a experiência argentina sob o governo de Milei. O presidente assinou um decreto que institui um plano de demissão voluntária que pode atingir 21 mil servidores. Desde janeiro de 2023, o governo argentino fechou 77 mil vagas no setor público.

As entidades também alertam para riscos de congelamento ou redução salarial, restrições a concursos e demissões em larga escala. Segundo o manifesto, essas medidas podem comprometer carreiras, conhecimento técnico e a capacidade de resposta do Estado às necessidades da população.

Outro ponto destacado é a negociação coletiva e a liberdade sindical. Para as organizações, o enfraquecimento das entidades representativas e a restrição ao diálogo ameaçam conquistas históricas e dificultam a solução negociada de conflitos entre servidores e governos.

Segundo as entidades, o governo anterior foi marcado por conflitos com o funcionalismo, restrições à negociação e perda de poder de compra. Já a administração atual retomou negociações, concedeu reajustes e reabriu espaços de diálogo sobre condições de trabalho e valorização das carreiras, embora persistam desafios. O manifesto também alerta que cortes no orçamento e nos gastos sociais podem prejudicar políticas de transferência de renda, moradia, fornecimento de medicamentos e educação.

Para as entidades, defender o serviço público significa preservar a democracia e a capacidade estatal de formular e executar políticas públicas. Assinam o manifesto Sindifisco Nacional, Sinditamaraty, Anesp, Afipea Sindical, SINDPFA, Sinait, Assecor, ADB Sindical, Unacon Sindical, Anfip, Anffa, Andeps e Sindsusep.